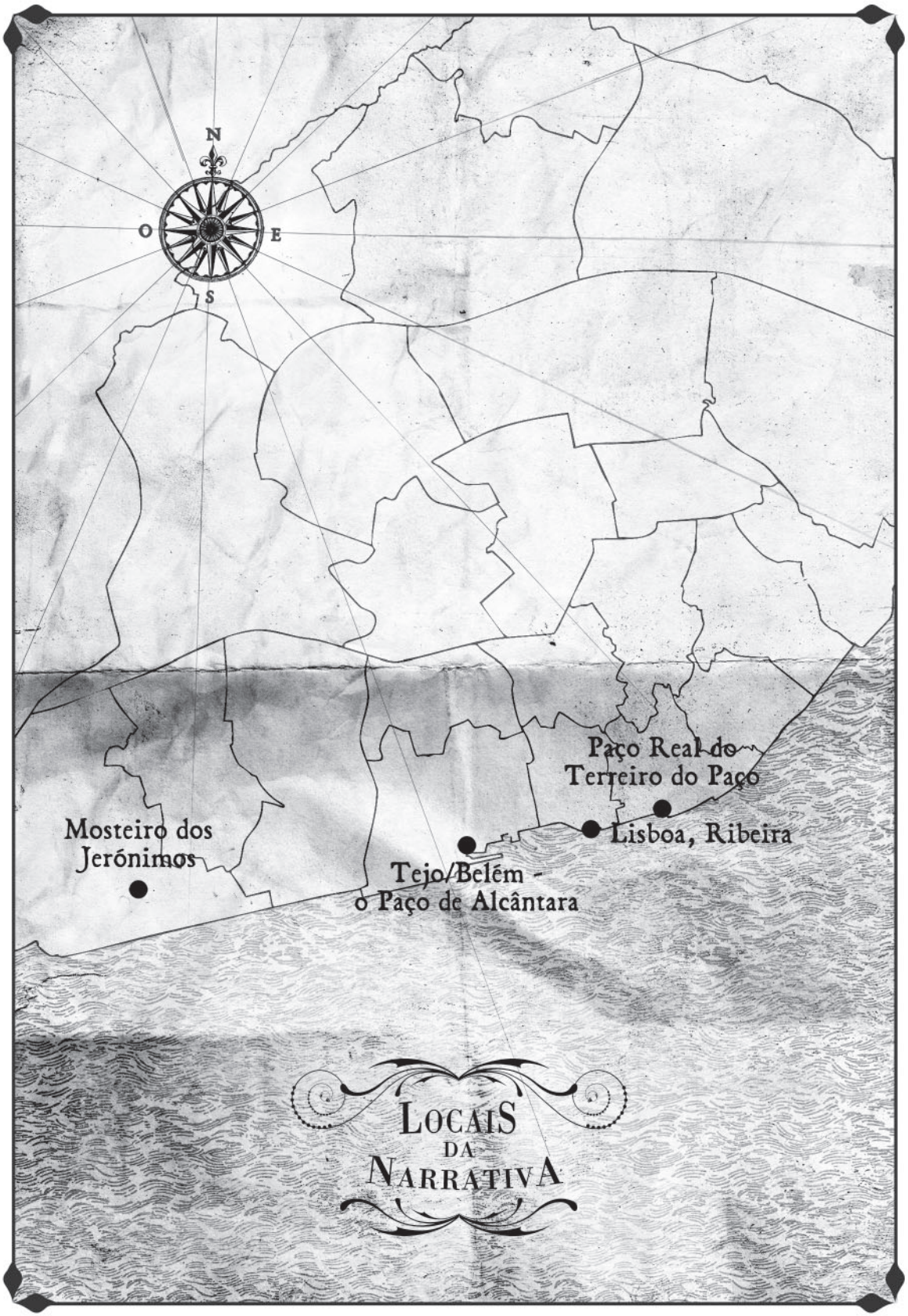
o cozinheiro da rainha adúltera

deana barroqueiro

SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina


N
O
E
S
Paço Real do
Terreiro do Paço
Lisboa, Ribeira
Mosteiro dos
Jerónimos
Tejo/Belém -
o Paço de Alcântara
Locais
da
Narrativa

A Edouard Cointreau, pelo seu imenso contributo para o reconhecimento da Literatura Gastronómica no mundo, com os seus Gourmand Cookbook Awards.
A Paulo Pereira da Silva, o *Senhor da Quinta da Pacheca* e meu querido amigo, pelo seu amor a Portugal, à sua Gastronomia e vinicultura.

À memória de João Pires Ribeiro.

Eu fui livre, fui rei, e fui marido,
Sem reino, sem mulher, sem liberdade,
Tanto importa não ser, como haver sido…
A Portugal só deixo esta verdade;
A meu irmão só deixo este memento;
Este é de Afonso VI o testamento.
(Sextilha Anónima)

Caríssimo(a) leitor(a)

O *Cozinheiro da Rainha Adúltera* surge na sequência do meu romance *1640*, cuja trama termina em 1666, data em que tem lugar o primeiro episódio da perigosa, mas saborosíssima intriga que apaixonou e escandalizou não só Portugal como todas as cortes europeias na segunda metade do século XVII: a declaração da nulidade do matrimónio e vergonhosa deposição do trono de D. Afonso VI.

A trama do romance que tem nas mãos é-lhe dada, em grande parte, pelas observações do cozinheiro-mor Domingos Rodrigues (protector de D. Afonso VI e autor da obra *Arte de Cozinha*, o primeiro livro de cozinha português impresso), e pelas informações que lhe dá a sua rede de espiões, ajuramentada nas hostes do pessoal menor do Paço, com acesso a conversas, cartas e outros documentos.

É por cinco destes espias bem colocados — um cavaleiro, escritor e guerreiro, cujo nome não nos é revelado; um moço da câmara d'el-Rei, que o observa na intimidade; o capitão da sua guarda pessoal de *Petiscantes*; e o escravo negro, seu companheiro de infância —, que se sabe de todos os meandros da conjura palaciana e internacional contra D. Afonso.

Embora não houvesse ainda jornais que propagassem as notícias com alguma frequência e brevidade, estamos no dealbar da imprensa informativa e não apenas literária, porque a imprensa de caracteres móveis, que tornara os livros muito mais acessíveis a um público diversificado, permitia também a impressão de "relações", das "novas gerais" ou "notícias avulsas", com histórias verdadeiras ou falsas, boatos da corte, panfletos, obras poéticas, romances ou peças de teatro populares em verso, prognósticos de futuro, calendários, orações, sucessos militares da guerra com Espanha, *faits divers* e escândalos, na maior parte dos casos escritos por autores anónimos ou sob pseudónimos, como já circulavam por toda a Europa, desde o século XVI.

É também por estes meios que o Infante D. Pedro e a Rainha D. Maria Francisca de Sabóia vão fazendo circular, pelo país e na Europa, numa eficiente campanha de desinformação e notícias falsas sobre o golpe de Estado contra o rei, fazendo desaparecer todas as notícias e documentos publicados em seu favor, dos quais pouco mais restou do que o *Anticatástrofe*, publicado em Espanha, por um autor anónimo, que surge como uma das personagens principais deste romance.

Dirá um cronista franciscano alguns séculos mais tarde: «muito do que foi dito e escrito de mal sobre ele (D. Afonso VI) não passou de exagerações e calúnias, para justificar o acto da usurpação e o crime de lesa-majestade cometidos por D. Pedro II contra o irmão. Chamaram-lhe mentecapto e impotente, rei partido pelo meio, tirano, arruaceiro, amigo da ralé e de criminosos, um louco incapaz de governar…»

O cozinheiro-mor, a contas com a organização das suas cozinhas e das suas receitas, para os grandes banquetes, em competição com os cozinheiros franceses vindos de Versalhes com a nova rainha, ainda tem tempo para ouvir as confidências amarguradas do seu real protegido, ajudando com mezinhas e elixires para a melhoria da sua libido, a fim de dar herdeiros ao trono, combatendo ao mesmo tempo as cabalas e armadilhas dos seus inimigos, guardando segredos invioláveis que, descobertos, lhe custariam a vida.

Através dos olhos de Domingos Rodrigues, caríssimo(a) leitor(a), verá a Lisboa do século XVII, percorrendo as suas ruas a fervilhar de vida, enojado pelo mau cheiro e a sujidade, porém deslumbrado com a sua beleza, parando nos mercados, incluindo o de escravos, ou na zona do malcozinhado da Ribeira, ouvindo os pregoeiros. Assistirá também aos banquetes e festividades do casamento real, às touradas e torneios, visitará as ucharias do Paço, onde se guardam as especiarias e os produtos que os portugueses levaram e trouxeram de todas as partes do mundo. Escutará murmurações e conspirações, pelos esconsos corredores ou à porta fechada e ouvirá ler as notícias pelos pregoeiros e mentideiros da capital.

Prontamente publicadas em letra de imprensa ou manuscrita, estas notícias eram divulgadas em folhas volantes, papéis escritos de um só lado, presos por cordéis (dando assim origem à posterior expressão "literatura de cordel"), vendidos pela irmandade dos cegos e por pedintes, espalhados por toda a cidade, nomeadamente no Rossio, Terreiro do Paço, Ribeira e Rua Nova dos Mercadores. Sendo a maioria da população analfabeta, era habitual pagarem àqueles que sabiam ler para fazerem leitura em voz alta desses papéis de cegos, das folhas manuscritas que apareciam coladas nas fachadas dos prédios ou das inscrições nos muros e paredes, a denunciarem a corrupção, o mau governo e as injustiças, ou até a atiçarem o povo à revolta.

A novidade do jornalismo periódico surge em Portugal com duas relações de notícias em 1626 e 1628, mas é com a necessidade de fazer propaganda à Restauração da Monarquia Portuguesa que vão proliferar estas folhas volantes quase diárias, abrindo caminho ao primeiro jornal periódico português, a *Gazeta da Restauração*, que surge em 1641, seguida pelo *Mercurio Portuguez*, em 1663, um dos mais citados no romance.

Divirta-se e compadeça-se deste moço rei tão infeliz, aviltado e mal-amado.

Deana Barroqueiro

Prólogo de uma alma penada

Os sons que ecoam pela abóbada da Igreja de Santa Maria de Belém não se assemelham aos passos dos frades que, como a Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos ainda não está acabada, todos os dias se reúnem aqui, no coro Alto, para fazerem os seus trabalhos, cânticos e ofícios religiosos, sentados no formoso cadeiral, cujas esculturas e pinturas conheço de cor, de tanto os espiar.

Gosto também de pairar junto aos túmulos reais de Avis, sobretudo no de D. Sebastião, o seu último Rei, de quem me sinto irmão, talvez por me assemelhar a ele na rebeldia, nas moléstias do corpo e no trágico destino. E, tal como o *Desejado* teve no sapateiro Bandarra o trovador-profeta que o imortalizou, também eu achei no alfaiate *Caranguejeiro* o meu poeta-vidente. Quão errados estavam estes vaticinadores das boas novas, mano Teodósio, não te parece? Não passavam de uns engraxadores, a bolsar bazófias. Afinal, o *Encoberto*, que numa manhã de nevoeiro viria salvar o reino, não eras tu nem eu, mas sim o Pedro, o nosso irmão mais novo!

D. Afonso V jogou pelo seguro quando, em Alfarrobeira, matou o tio, o Infante D. Pedro, que queria reinar em seu lugar. Eu devia ter-lhe seguido o exemplo, livrando-me do nosso cobiçoso irmão e das suas raposias, impedindo-o de levar a cabo a abominável conjura. Porém, ao contrário de ti, Teodósio, que até eras seu padrinho junto com a mana Joana, eu amava esse irmão mais novo, a quem chamava «o meu Pedrinho» e fiz companheiro de brincadeiras, em menino, e de aventuras guerreiras e galantes na nossa mocidade. Eu dei-lhe o amor que tu nunca me deste e ele pagou-me com as piores traições.

Os filhos da puta dos seus sequazes, para justificarem o golpe, disseram que a febre maligna que eu tive em criança não só me lesou a parte direita do corpo, da cabeça aos pés, mas também me ofendeu o siso, chegando mesmo a afirmar que eu não fui capaz de aprender a ler e a escrever. Mais do que as

rezas, relíquias dos santos, sangrias, banhos e remédios trazidos da Índia para me curarem, valeu o meu esforço contínuo para dominar as dores do corpo leso, sacando forças das fraquezas, a exercitá-lo até ao extremo de me fazer um exímio cavaleiro, destro no manejo de cavalos à sela de brida e de gineta, e treinando durante horas, no Pátio do Leão, cerrando os dentes e rugindo de dor, como esse bicho que criávamos na leoneira.

Para ali levava os meus bandos e patrulhas de rapazio rufião e desenfreado, com grande indignação dos meus tutores, que se queixavam à nossa mãe de que «os exercícios do Pátio do Leão eram tão ferozes, como se o leão despedaçara as feras naquele pátio». Afiz-me também a lidar qualquer touro (as colhidas que sofri foram por valentia, gostar de correr riscos e desafiar os meus odiados conselheiros, uns calaceiros acristanados, cheios de bazófias), ou a manejar uma espada, embora sem a perícia de um espadachim, por não me poder socorrer da mão direita.

Quão moralistas e piedosos eram esses homens, tidos por honrados e leais servidores, escolhidos para me ensinarem e orientarem no meu papel de Rei, contudo, esses acusa-pilatos pantomineiros não hesitaram em me atraiçoar e usar a minha doença como um estigma e prova da minha inaptidão para governar!

Comparavam-me contigo, Teodósio, o Príncipe bem-amado e piedoso, que morreu santamente, chorado por toda a nação e em muitas partes do império de que eras o herdeiro perfeito, preparado desde o berço pelos melhores mestres das Cortes europeias para essa gloriosa missão. Eras o centro do mundo para os nossos pais, que só se preocupavam contigo, descurando a educação dos restantes filhos, deixando-nos ao sabor do acaso, nas mãos de aios e mestres molengueiros, mais interessados em acumularem privilégios e se engrandecerem do que nos prestarem bom serviço.

Como fez, no meu caso, o melquetrefe do Francisco de Faro, o conde de Odemira, que cedo se cansou das minhas convulsões e acessos de nervos, dos caprichos e porfias de menino doente, dos desaforos, bojardas e perversidades de moço bravio, que ele não ousava punir ou pôr freio, com medo de que eu me vingasse ao chegar à maioridade; nem buscava dar remédio à minha falta de atenção e impaciência para sofrer quieto e calado, a partir dos meus sete anos, as lições do Nicolau Monteiro, o fastidioso prior da Colegiada da Cedofeita, que me deram para confessor e mestre de escrita e gramática, além de outros lapuzes igualmente insuportáveis.

Essas cavalgaduras traiçoeiras diziam que a minha cabeça nada retinha dos seus ensinamentos, sem se darem conta de que eu até tinha uma memória prodigiosa. Se em vez do castigo que eram os quebra-cabeças das suas lições me

ensinassem matérias vivas e espirituosas, capazes de me despertarem curiosidade e prazer, juro por Cristo, que não deixaria de as aprender, até melhor do que tu, Teodósio! Preferiam, porém, deixar-me à rédea solta, embora se queixassem de que eu distraía o Pedrinho dos seus deveres, lhe ensinava as mais torpes pachouvadas e o desafiava para as minhas nefastas aventuras, contando-lhe os meus feitos de capitão dos «bandos das pedradas», façanhas impróprias de um Príncipe e ainda menos de um Rei. Contudo, a educação do Pedro não foi melhor do que a minha, porque ele também não era dado a latinórios.

Nem a minha aia, a D. Filipa de Vilhena, aquela valente viúva que armou os filhos cavaleiros para lutarem com o nosso pai, no dia da Restauração do Reino, conseguiu fazer de mim um rapaz bem-comportado! Sempre que podia, eu fugia do meu quarto e da sua vigilância e ia esconder-me nas cozinhas, noite alta, onde me acolhia Domingos Rodrigues, o cozinheiro-ajudante. Ganhou-me amizade, esse bom moço, encobrindo-me as fugas em menino e, mais tarde, sendo já cozinheiro, servindo-me comida e bebida, quando eu regressava, com os Conti ou com o Pedrinho, das nossas surtidas nocturnas pelas ruas de Lisboa. Fez-se um dos meus grandes amigos fixos, ouvindo as minhas confidências, enquanto me curava as bebedeiras, com as suas receitas e mezinhas. Em paga, dei-lhe o ofício de cozinheiro-mor d'El-Rei.

A nossa mãe e os seus velhos conselheiros nunca me entenderam nem aceitaram, porque eu não me encaixava no seu modelo de Príncipe perfeito, não era beato como tu, não acatava os seus conselhos, nem me regia pelas suas leis e regras. Para essa aversão contribuíam também os todo-poderosos padres jesuítas, esses fanchonos sodomitas que em tudo metiam o bedelho, fazendo da Corte um antro de beatério e de ladroíce, visto que todos se lhes sujeitavam para conseguirem graças ou livrarem-se de perseguições. Como têm alma de cera, podem-se torcer como quiserem!

Eu apenas queria ser livre, como qualquer homem do meu povo, por isso buscava a companhia de gente baixa, porque, na sua bruteza, não havia a falsidade, a ganância e a fome do poder da gente fidalga. «Bandos de criminosos, negros e mulatos, a pior ralé de Lisboa», chamavam-lhes esses conselheiros roncadores, com desprezo, insultados na sua soberba por eu preferir a companhia dos mais humildes dos meus vassalos à sua, boquejando que eu tinha desconcertos e cometia desacertos, sem dizer quais, mas chegando a insinuar à nossa mãe que eu cometia o pecado nefando da sodomia com eles, não sendo fito para governar o reino.

Não me permitiam comandar os nossos exércitos contra Castela, como também não to consentiram, Teodósio, portanto, para mostrar a minha bravura, restava-me apenas o comando dos bandos de rufiões, nas arruadas que

fazíamos de noite pela cidade, a dar caça às quadrilhas de facinorosos ou assaltar as casas de conspiradores de que António Conti, o general da minha tropa de maganos, tinha notícia, e não a matar vassalos honestos, como me assacavam os meus inimigos… Conti, o meu maior amigo fixo, perdeu-se quando o levei para o Paço, esse ninho de serpentes, tornando-o no meu valido e dando-lhe a provar o gosto do poder.

Ale, Teodósio, acorda, que temos visitas! É o abade do mosteiro com toda a comunidade de frades e oficiais, a acompanhar o núncio apostólico. Que vem aqui fazer, esse sarnoso, a arrotar farfalharias? Terá forçosamente a ver com o teu sepulcro, mano, porque o meu, embora a teu lado e à vista de todos, está como que invisível. Como eu fiquei em vida, por obra do nosso irmão (que o leve o Diabo e Deus o confunda!), para que o mundo me olvidasse.

Vêm todos espenicados, paramentados e solenes, o que faz crescer a minha curiosidade ávida de notícias, sendo estas cousa rara nas circunstâncias em que aqui me acho. Cantam o responso dos mortos, que eu ouvi pela primeira vez aos dez anos no teu enterro, seis meses depois novamente no saimento da nossa mana Joana e, três anos mais tarde, pela terceira vez na morte do nosso pai:

— *Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em Mim, mesmo que esteja morto, viverá; e quem vive e crê em Mim não morrerá eternamente.*

Que te querem fazer, meu irmão? Para que vêm perturbar o teu eterno descanso? Morreste, rodeado de padres, confessado e absolto de todos os pecados. Foste educado para ser um Rei dócil, afeito a seguir os conselhos dos fidalgos velhos, dos padres confessores e dos representantes do povo, ciosos do seu poder, privilégios e precedências, para governares segundo a sua vontade. O que esses embusteiros de má raça nunca lograram fazer comigo e, por essa insubmissão, quiseram desfazer-se de mim e atraiçoaram-me. Encomendados sejam a Satanás e a Barrabás, para que jamais achem paz!

A tua morte, ao oferecer-me o trono que eu não cobiçava, deu começo à minha futura desgraça, anunciada pela profecia agoirenta de uma certa madre Brízida, «de que eu haveria de ser alto e poderoso, mas correria grandes perigos que me haveriam de perder». Os filhos da puta inventaram que foi devido a essa promessa que não chorei o teu passamento. Acusaram-me de ter dito que *não era para sentir aquela morte, pois havia de te suceder no ceptro!* Eu era assi tão perverso que não sentia a morte de um irmão, a troco da esperança de uma coroa?! Mas, se era tão incapaz e falto de juízo, segundo me pintavam, como poderia, na tenra idade de dez anos, para mais gravemente doente, manifestar tamanhos pensamentos e ambições para o futuro?

Se não senti desgosto com a tua morte foi por mal te conhecer, já que raramente te via e tu nem sequer davas por mim… Tal como quase nunca via o

pai e a mãe, apesar de ser o verdadeiro primogénito dos Reis de Portugal, pois tu nasceste ainda no Paço de Vila Viçosa, quando eles eram apenas duques de Bragança. Todo o seu amor e cuidados foram postos em ti, Teodósio, Príncipe da Beira e herdeiro do trono, tal como as esperanças da consolidação do reino restaurado. Eu, o segundo filho, doente, aleijado e sem siso, fui forçado a viver até aos dezassete anos nos quartos da Rainha e não recebi dela senão algumas migalhas de afecto.

— *Ouvi, ó Pai, as nossas preces; sede misericordioso para com o vosso servo…*

Escuta! É o cântico dos frades a pedirem a absolvição dos teus pecados, como se não estivesses, há muito tempo já, sentado à direita de Deus Padre, pois nem pecados tinhas, de tal modo eras vigiado e sofreado pelos teus tutores e conselheiros.

Na família real, só Catarina era capaz de amar. A nossa doce irmã estimou-me muito e sempre me defendeu, mesmo quando todos me abandonaram, e até condenou a traição do Pedro, escrevendo-lhe de Inglaterra a reprová-lo e a mim a confortar-me, apoiando a conjura dos que trabalharam a meu favor, no ano de 1673, esses amigos fixos que foram denunciados e barbaramente supliciados no Rossio, por ordem do nosso irmão, para servir de aviso aos do meu partido.

Bem sabia o povo que só a nossa mana podia pôr travão às intrigas e maquinações da canalha jesuítica que minava a minha autoridade régia, alimentando as discórdias dos partidos rivais, por isso lhe escreveu um *Manifesto*, rogando-lhe que não saísse de Portugal, porque eu ficaria sem ninguém para me proteger.

O povo de Lisboa amava-me, tanto que acudiu em meu socorro mais de uma vez. Primeiro, no ano de 63, quando se amotinou com a notícia da tomada de Évora pelos espanhóis e de que eu fora morto por traidores, naquela noite de 25 de Maio, acorrendo ao Paço e indo atacar as casas dos fidalgos que julgou serem os meus matadores. E de novo se alevantaram contra o Pedro, a fim de impedir o meu exílio e prisão, nos Açores, embora sem terem força para tamanha empresa. Jazi cinco anos no Castelo de São João Baptista de Angra do Heroísmo, sem os cuidados e o respeito devidos à minha condição de rei, conforme o punheteiro do Pedro me prometera, sendo servido por poucos criados e de baixa condição, que escarneciam de mim e me maltratavam.

À puridade, procuravam fazer-me esquecido, para evitar conjuras como a de Angra do Heroísmo, mas eu continuava a ser lembrado, pois, se de lá vinha embarcação, as gentes acudiam à praia para saberem novas do seu rei, e divulgavam-se mil disparates; se não vinha navio, publicavam-se igualmente extravagantes notícias sobre mim. O mesmo sucedia na ilha, a respeito das embarcações que iam ou não iam de Portugal.

Quando, por medo de que os meus amigos me libertassem, o Pedro mudou a minha prisão para o reino, a fim de me ter mais vigiado, o bom povo de Lisboa, que não me esquecera, acorreu a receber-me na praia de Paço d'Arcos, aos gritos de «Viv'El-Rei D. Afonso VI», apesar do segredo da minha vinda e da carga de porrada que sofreram dos soldados para os desbaratar.

Por isso me encarceraram fora de Lisboa, no Paço de Sintra, onde passávamos o Verão em pequenos, enfiando-me no Quarto dos Infantes, o mais pequeno e o mais frio de todos, em que eu mal cabia por ter engordado muito e cuja humidade agravava as minhas moléstias. Meteram-me ali de propósito, mais para enterro do que para vivenda, como disse o embaixador do nosso cunhado Carlos II de Inglaterra. Durante nove anos, até à minha morte, sofri ali vexames ignóbeis dos meus carcereiros e espiões, uns cabrões ainda piores que os da ilha Terceira.

Como não havia eu de ter assomos de fúria contra toda essa canalha? Esses malsins perjuros nem me deixavam sair do paço, andar a cavalo, escrever ou receber visitas. Mudaram-me de quarto e entaiparam-me as janelas, esses malparidos, porque António Conti e outros amigos fixos subiam a uma colina para me saudarem, procurando enviar-me mensagens, mimos e ajuda, já que nem comida suficiente me davam.

A todos maltratei, atirando-lhes à cabeça tudo o que apanhava à mão, insultando-os de cabrões, paneleiros e filhos da puta, como vis tredos que eram, sobretudo esse infame Nuno Álvares Pereira de Melo, o duque de Cadaval, que tão bem me soube enganar com as suas manhas e mentiras, a mando do Pedro. Os carcereiros redobravam de dureza, mas o usurpador fazia crer aos embaixadores das nações europeias que eu estava exilado com toda a magnificência e uma corte de gentis-homens para me servirem, como o Rei que não deixara de ser.

— *Absolvei, Senhor, a alma do vosso servo, D. Afonso VI, de todos os laços do pecado, possa ele, ressuscitado em seu corpo, de novo respirar* — salmodiam os frades.

D. Afonso VI?! O responso dos mortos não é por ti, mano, mas por mim?! Há alguma efeméride de que me não tenha apercebido nesta eternidade em que vagueio por, ao contrário de ti, ter morrido cheio de ódio inconformado e com mil desejos de vingança?

— *Por Cristo Nosso Senhor. Ámen. Descanse em paz* — termina o coro.

Um franciscano, com umas folhas de papel e instrumentos de escrita nas mãos, acerca-se do meu túmulo e lê:

— Eu, frei Cláudio da Conceição, da Ordem de São Francisco, aos 15 dias de Julho do ano de 1819, na Igreja de Santa Maria de Belém, em presença do

reverendíssimo Núncio Apostólico, de Sua Paternidade o abade do mosteiro, e de toda a sua comunidade religiosa, venho registar a abertura do túmulo de D. Afonso VI, que Deus tenha na Sua glória, passados que são cento e trinta e seis anos sobre a sua morte, aos 12 dias de Setembro de 1683, a fim de se proceder à transladação das suas ossadas, bem como às de seus irmãos, para a Igreja de São Vicente de Fora, o panteão da Dinastia de Bragança, segundo a vontade de D. João IV, que Deus guarde, expressa no seu testamento, tendo mandado ali fazer magníficas sepulturas para todos os seus filhos.

Há já cento e trinta e seis anos que a minha alma, sempre inquieta e bravia, vagueia neste templo, sem o refrigério da paz?! A remoer lembranças dolorosas de falsidades e humilhações sem fim, senão mesmo as suspeitas de envenenamento que, na hora da morte, me tolheu a fala, impedindo-me de confessar os meus pecados. Na agonia das convulsões, ânsias e dores mortais, só logrei apertar a mão ao meu confessor para que me desse a absolvição. Será por não me ter confessado que ando a penar, há mais de um século, sem paz na morte, como não tive na vida?

Pesa-me que, à beira do fim, a minha última invocação a Deus tenha sido a maldição que lancei repetidamente à cara dos meus carcereiros, estarrecidos por terem tido parte na sedição e temerem o fogo do Inferno, com que eu os ameaçava: «Eu vou primeiro, mas a Rainha me seguirá logo a dar conta, ante o Tribunal mais terrível, dos males que me fez! Senhor, perdoai os meus pecados!». Foi a minha última fala…

Os quatro frades retiraram a tampa do sepulcro e estão a abrir o meu caixão. Sinto-me estremecer, como se um arrepio me tivesse trespassado as carnes do corpo que já não existe. O nosso irmão e o duque de Cadaval deram-me na morte o tratamento real que me haviam negado em vida, não para me honrarem, mas para enganarem o mundo e salvarem a face. Esses cabrões de merda não respeitaram sequer as minhas últimas vontades, escritas no meu testamento: *Mando que o meu corpo se leve sem pompa funeral, porque não é justo que se enterre com honras quem sempre viveu entre desprezos; também não é minha vontade que se deite luto por minha morte, porque se em vida não houve quem tivesse de mim lástima, não quero que na morte haja quem tenha de mim dó.*

Uma farsa vergonhosa, porque o Paço de Sintra era a mais miserável das prisões, desprovida de tudo, até de velas para nos alumiarmos, de comida e de gente de serviço, quanto mais de paramentos luxuosos e baetas de luto para os criados! Os meus carcereiros viram-se em palpos de aranha para me amortalharem e organizarem o meu enterro com decência.

Os punheteiros e sodomitas do Conselho de Estado, em Lisboa, enviaram para Sintra um batalhão de alfaiates e costureiras, tal como alcatifas, colchas e

alfaias para ornamentarem a cama e a essa, nas duas câmaras onde o meu corpo seria exposto — a *Sala das Pegas* para o leito e a *Sala dos Cisnes* para a essa —, além de tecidos para se fazerem as roupas da muita gente que haveria de ir no cortejo, de Sintra até Belém, não esquecendo as carruagens, os cavalos e as companhias de soldados, mandados à pressa da capital, sem fardas, paramentos ou armas de cerimónia dignos do saimento de um Rei.

À vez, para maior escárnio, todos os meus inimigos tomaram as pegas do caixão: o duque de Cadaval, os marqueses de Arronches, de Cascais, de Marialva e das Minas, os condes da Ericeira (cuja língua foi a mais terrível espada erguida contra mim), de Vale de Reis, de Pontével, e outros traidores… que penem as penas do Inferno por toda a eternidade!

Contudo, essas honras eram-me devidas, porque, no meu curto reinado, os meus exércitos venceram os espanhóis nas batalhas do Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, nos anos de 63 a 65, forçando Castela a assinar a paz e dando-me o cognome de *Vitorioso*.

Para o provar está ali o sacrário de prata, que eu ofereci em agradecimento pela vitória alcançada nessa última batalha, celebrada pelo António Barbosa Bacelar. Outros grandes poetas me cantaram nos seus poemas, como o meu pregador Frei Jerónimo Bahia, ou mesmo Soror Violante do Céu, a *Décima Musa*, que, quando eu fiz dezoito anos, me nomeou no seu poema como "o maior dos planetas", "Príncipe dos astros", "pródigo Alexandre" e "Adónis galhardo".

Os frades acabam de pôr a descoberto os meus restos mortais e, todos de uma só vez, ajoelham-se e prostram-se, com as lágrimas a correrem pelas faces, num coro de exclamações, frases soltas e gritos abafados: «Incorrupto!», «O corpo d'El-Rei está inteiro e formoso como se dormisse!», «Milagre!», «Os longos cabelos cor de ouro são como uma auréola!», «Se Deus assi o preservou é porque morreu santamente!», e outros ditos do mesmo jaez, que o meu espírito perturbado não logra perceber.

O abade, de pé, ao lado do núncio, profere a oração em alta voz:

— *Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, peço-Vos que Vos digneis glorificar, diante da Santa Igreja, a El-Rei D. Afonso VI, concedendo-nos, por sua intercessão, as graças que Vos pedimos, para que possamos beatificá-lo, como Teu servo fiel para glória do Teu nome e benefício nosso. Amém.*

Beatificar-me?! Querem fazer-me santo?! Bem sei que sofri um penoso calvário, nos longos anos da minha prisão, mas prefiro ser lenda como D. Sebastião, o *Desejado*, que há-de vir numa manhã de nevoeiro salvar Portugal da sua miséria e criar o Quinto Império, anunciado pelo padre António Vieira, esse hipócrita enganador!

Além do *Caranguejeiro*, também o astrólogo António Pais Ferraz vaticinou, pela auspiciosa conjugação dos astros e dos signos no horóscopo do meu nascimento, que eu iria derrotar os infiéis e tornar-me, no ano de 1690, o primeiro imperador desse Império de Cristo! Como fez o bajulador do Vieira ao nosso pai, invocando as trovas do Bandarra, lembras-te?

O *Restaurador* caiu na lábia do jesuíta e acreditou que haveria de ser o *Imperador do Mundo* e lograr as grandes felicidades, vitórias e triunfos preditos pelo *Sapateiro Santo*, mas eu nunca desejei tal honra para mim. Quando o nosso pai morreu sem cumprir as profecias, Vieira, para salvar a face, e não lhe pedirem contas das suas mentiras, afirmou publicamente que «ele haveria de ressuscitar, muito antes da Ressurreição Universal dos mortos, para dar cumprimento às profecias e maravilhas ainda não sucedidas, mas escritas pelo Bandarra», lançando também essas baboseiras do púlpito abaixo, nos seus sermões à corte, ludibriando todos, mesmo a Rainha nossa mãe, com essas imposturas…

— Não nos precipitemos! — interrompe o núncio. — Para ser beatificado, El-Rei precisa de fazer milagres comprovados. Oremos por isso.

O abade insiste:

— Ainda hoje nos admiramos das grandes felicidades do senhor Rei D. Afonso VI, nesses poucos anos que governou; porém, como não havia de ser ditoso um Príncipe que se prezava sobre todas as cousas da vida de ser devoto de S. Bernardo? Santificou o seu dia, fazendo-o feriado nos tribunais e no seu governo, ouvia e admitia os prudentes conselhos do monge mais benemérito de S. Bernardo, o ilustríssimo senhor D. Luís de Sousa, duas vezes abade de Alcobaça e bispo eleito do Porto. E quando este reverendíssimo monge lhe faltou, porque morreu primeiro que El-Rei, houve pessoas fidedignas que viram um monge branco da efígie de S. Bernardo assistir a D. Afonso no último transe da morte.

Reza a *Gloria* e eu oro com eles pela salvação e descanso eterno da minha alma. Também o nosso mano Pedro, para justificar os seus crimes, invocou um milagre de Nossa Senhora da Conceição, dizendo que, aquando do seu nascimento, o sino da igreja paroquial tocou sozinho e que o mesmo prodígio aconteceu quando tomou o poder, como se a padroeira de Portugal aplaudisse a sua traição! E fê-lo com o aval dos jesuítas, que me declararam uma segunda crudelíssima guerra de calúnias, para me despojarem do reino e da reputação… Escutemos, mano, o cronista franciscano que se acerca para falar.

— Na verdade, Deus escreve direito por linhas tortas. Conservar o corpo de D. Afonso VI, incorrupto, há quase um século e meio, parece indicar que o Tribunal Divino lhe quer fazer justiça, mostrando como muito do que foi dito

e escrito de mal sobre ele não passou de exagerações e calúnias, para justificar o acto da usurpação e o crime de lesa-majestade cometidos por D. Pedro II contra o seu irmão. Chamaram-lhe mentecapto e impotente, Rei partido pelo meio, tirano, arruaceiro, amigo da ralé e de criminosos, um louco incapaz de governar…

— Contudo — disse o núncio —, são bastos os escritos dos historiadores sobre o desgoverno e mau carácter d'El-Rei…

— Muitos deles fizeram da pulga um gigante, da suposição evidência, do ouvido visto e ciência de opinião, uns por serem parciais de D. Pedro, outros só para florear a sua eloquência. Como se explica que as maiores vitórias conseguidas nas guerras da Restauração tenham tido lugar durante o seu governo? Teria sido tudo isto obra de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, o conde de Castelo-Melhor, como ainda hoje se afirma, ou houve também a vontade de Deus a guiar o moço rei? Ao estudar a sua vida, achei uma infinidade de documentos contra ele, todos escritos por gente dos partidos da Rainha-mãe, de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia e do Infante, cúmplices na sua queda, para reinarem em seu lugar. A seu favor, além de um pequeno punhado de testemunhos, quase todos de estrangeiros, só achei o documento *Anticatástrofe*, escrito por um autor anónimo, em Espanha, que denuncia e rebate a maioria das acusações de vilezas e crimes assacados a El-Rei, pelo autor da *Catástrofe*, uma obra feita para justificar o golpe de D. Pedro. Não é isto cousa de estranhar?

O franciscano curva-se, reverente, para me beijar a mão. Sinto ganas de o apertar nos braços, uma tarefa impossível na minha incorpórea condição! Vais fazer-me justiça, frei Cláudio? Vais contar a verdade sobre mim, para que a minha alma atormentada possa finalmente achar repouso? Todos queriam governar em meu lugar, a começar pela nossa mãe, pois, tendo eu já dezassete anos, recusava-se a entregar-me o reino. Para se justificar, mandava rezar «orações públicas a pedir a Deus a emenda dos desconcertos d'El-Rei», dando muitas calúnias por malfeitorias comprovadas.

Os frades imitam o cronista e lambuzam-me a mão com sonoros beijos, arrancando à socapa pedaços das minhas vestes para levarem como relíquias de santo. Em vida, todos se aproveitaram do meu desinteresse em reinar para o fazerem em meu lugar, apesar de um governo de duas cabeças ser monstruoso, como eu mesmo disse à nossa mãe, quando, no ano de 62 lhe arranquei das mãos a regência do reino, que ela se recusava a largar há já cinco anos. Fui abençoado pelos Céus, porque tive logo a primeira vitória militar como Rei de facto, quando os holandeses acometeram Macau, com uma armada de treze naus, sendo derrotados, com grandes perdas, pela nossa gente que, no ano seguinte, venceu D. João da Áustria na heróica batalha do Ameixial.

— Os apoiantes de D. Pedro trataram de publicar no teatro do mundo aquelas faltas e defeitos d'El-Rei, que poucos sabiam no reino, mostrando as ofensas que ele fizera a alguns como se fossem feitos a todos, o que os desautoriza como testemunhas. Acusavam os delitos da natureza, de que ele não tinha culpa, como sendo crimes da malícia, carregando só nos seus ombros o que foi encargo de muitos. O ódio em nada acha desculpa, quando se aposta em acumular delitos.

Estás a ouvir, Teodósio, como frei Cláudio os acusa? Fizeram-no também com a conivência da Rainha regente. Foi pouco tempo depois das festas de casamento da mana Catarina com Carlos de Inglaterra, que a nossa mãe se desmascarou, ao dar casa a Pedro, nos seus catorze anos, instalando-o no Paço Corte-Real, com fausto régio, numeroso pessoal e camareiros fidalgos, próprios de um herdeiro do trono.

E a mim, Rei de Portugal desde os treze anos, forçou-me a viver até aos dezassete na sua casa, sob as suas saias, sem atender às murmurações do povo por ela não largar a regência. Só me deu moradia (e apenas no outro extremo do Paço, para continuar a mandar em mim e a refrear-me), quando as suas damas se queixaram de eu já ter muita idade e ser tão fogoso que não deixava as suas filhas e as moças da câmara sossegadas, além de usar uma linguagem tão impura e vil que feria de morte os castos ouvidos das donzelas.

O conde de Castelo-Melhor descobriu o golpe que a Regente preparava com os seus partidários, depois de se terem livrado traiçoeiramente dos irmãos Conti e de todos os amigos fixos que me protegiam, quiçá com o intuito de me darem o mesmo destino de Carlos I de Inglaterra, cortando-me a cabeça ou envenenando-me, a fim de porem Pedro no trono e continuarem a reinar por seu intermédio.

Em Agosto de 62, a nossa mãe, para me desautorizar e perder, teve o topete de me fazer uma censura pública, convocando para a Sala do Despacho, sem eu saber, o Senado da Câmara, os altos magistrados dos tribunais e a Casa dos Vinte e Quatro[1]. Diante desta magna assembleia, mandou o secretário de Estado ler um documento com um rol de queixas contra mim e o meu modo de vida, não poupando o meu carácter, tratando-me como ao mais vil dos facínoras e recomendando-me que, daí em diante, me aplicasse com cuidado e desvelo aos negócios públicos, gastando o tempo em ocupações dignas da minha real pessoa, em vez de acompanhar com gente de inferior qualidade, causando perturbações prejudiciais na Corte e no reino.

Colhido de surpresa com aquela encenação e a crueza das suas acusações,

[1] A Casa dos Vinte e Quatro — órgão deliberativo dos municípios, que representava e tinha jurisdição sobre todos os ofícios, com dois representantes de cada.

que me rebaixavam publicamente ante os meus vassalos, no meu aturdimento, julguei que aquela magna assembleia eram as Cortes e pedi-lhes perdão, prometendo emendar-me, como uma criança com medo ao castigo. Quando me vi só na minha câmara, porém, caí em mim e, entendendo as intenções da Rainha, fui tomado por uma violenta comoção de nervos, como sucedia quando me contrariavam em menino, rompendo em gritos e choro que não lograva dominar, caindo em seguida num grande abatimento.

Luís de Vasconcelos, o conde de Castelo-Melhor, achando-se a sós comigo e vendo a minha prostração, avisou-me do perigo que eu corria, se não me pusesse logo em segurança, fora do Paço, porque os conspiradores estavam prestes a agir. E a Rainha, sabendo como eu ouvia os seus conselhos, já o tinha chamado à parte para lhe dizer que, se eu fizesse alguma cousa contra as suas determinações, ele lhe responderia com a sua cabeça.

Em meados desse mesmo mês, ele levou-me às escondidas para o Paço de Alcântara, de onde, sem demora, convocou todos os fidalgos e altos clérigos para renovarem os votos de fidelidade ao seu Rei de direito, no que eles obedeceram, deixando a nossa mãe isolada e o seu partido vencido.

Para me ajudar na governação eu tinha um triunvirato composto por Luís de Vasconcelos, Sebastião César de Meneses, o vira-casacas que era bispo do Porto, e Jerónimo de Ataíde, o conde de Atouguia, que os outros dois expulsaram pouco depois, substituindo-o pelo seu maior inimigo, António Luís de Meneses, marquês de Marialva (que roubou a Coroa o mais que pôde, culpando depois o conde de Castelo-Melhor desses roubos), formando um novo triunvirato, que também findou no ano seguinte com a saída do Sebastião, ficando Luís de Vasconcelos a governar sozinho como meu escrivão da puridade e principal ministro.

As minhas primeiras ordens foram dirigidas à nossa mãe, para que me entregasse as chancelas e os selos régios, comandando-lhe com subtil escárnio que se recolhesse a um convento até ao fim dos seus dias, para descansar do fardo da sua longa governação. Exilei os poucos sequazes que não a tinham abandonado, em vez de os mandar executar por traidores, um erro que paguei caro, mais tarde, porque só o cutelo acaba com os efeitos da traição. Em vez de me agradecerem a vida, conspiraram de novo para a minha ruína.

Mereciam a morte, mas foram apenas exilados, porque eu era generoso, embora ninguém registasse essa virtude, sendo o meu primeiro acto de governação uma amnistia geral, reparando injustiças que os nossos pais cometeram, como a pena de vinte anos de prisão e degredo do fidalgo e grande poeta D. Francisco Manuel de Melo, que nos serviu com grande lealdade, em Inglaterra e França, na concertação dos casamentos com Princesas que garantissem boas alianças na Europa.

Nada fiz contra o Pedro, crendo-o vítima inocente da conjura da nossa mãe. Confiei a governação do reino ao conde de Castelo-Melhor, a quem fiz meu valido, e prossegui com a minha vida livre, levando sempre comigo o *meu Pedrinho*, para o ensinar a gozar a sua, dando-lhe a conhecer os prazeres que os velhos lhe proibiam, quer nos bordéis, para as minhas putas mais carinhosas o fazerem homem, quer nos conventos, para ele saborear o Paraíso na Terra, com a doce conversação das noivas e esposas de Cristo. Dei-lhe a conhecer o Céu e ele pagou-me com o Inferno.

Domingos Rodrigues, o meu discreto cozinheiro, preveniu-me muitas vezes contra os perigos que me espreitavam e para não me fiar na palavra de traidores. Nas noites em que ele alimentava a minha glutonaria (sempre fui um alagosto, comendo como um desalmado) e eu lhe fazia as minhas confidências de bêbado, oxalá o tivesse escutado, pois, por artes de Deus ou do Demo, ele de tudo sabia, como se tivesse ao seu dispor uma verdadeira rede de espiões com olhos e ouvidos em todas as partes. Bem me avisou dos rumores, raposias e maus prenúncios do meu casamento, com a chegada a Cascais da encantadora Maria Francisca Isabel de Sabóia, Rainha de Portugal, no dia 30 de Julho, e o seu desembarque, em Belém, a 2 de Agosto de 1666 (o ano da *Besta*, anunciado pelos profetas da desgraça como o do fim do mundo), que me enchia de medo e de esperança.

O meu fiel cozinheiro buscou por todos os meios defender-me dos meus inimigos e desmascarar a sua cabala, procurando provar que eu não era impotente e, por fim, protegendo a princesinha Teresa, a prova que eles procuravam destruir. Parece que o estou ainda a ver e a ouvir, nessa noite do meu malogrado banquete de núpcias, quando tudo começou…

I

Uma Rainha fanchona para um Rei mal-afamado

Após uma atribulada navegação, o bergantim de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia surgiu em Belém, no dia 2 de Agosto do ominoso ano de 1666, já com versos a festejarem-na em folhas de cego e outros papéis volantes, de edição clandestina, por poetas anónimos ou com pseudónimos, sem licença de impressão pela Mesa Censória Portuguesa mas com grande divulgação entre o povo, chegando a muito mais leitores do que as obras de autores conhecidos ou oficiais, porque rapidamente se espalhavam por todo o país com notícias quase diárias.

Relação da chegada da Rainha
Mas, aos dous de Agosto,
O tempo ficou composto
Com o dia ensolarado
Mais belo e afortunado,
Nunca visto em Portugal
Por Casamento Real.
Mal a Aurora expulsou as estrelas
Soltámos as nossas velas,
No mar, daqui e dali surgidos,
E, por fim, reunidos,
Todos, como um só navio,
Entrámos no grande rio,
Que por Tejo é nomeado
Por seu ouro celebrado,
Que sabemos ser real,
Misturado no areal.

Mestre Domingos Rodrigues sente que está à beira de uma comoção de nervos, como as que costumam dar ao pobre D. Afonso, quando lhe exigem demasiadas responsabilidades e tarefas impossíveis de cumprir. Só que a ele, levantado por Sua Majestade ao ofício de Cozinheiro-mor d'El-Rei, não lhe são permitidos desânimos nem fraquezas e, muito menos, erros. Porém *quem porfia mata caça*!

Fora um verdadeiro quebra-cabeças decidir e organizar os róis de tudo o que era necessário comprar para os comeres dos cortesãos, tanto residentes como convidados, durante os meses das festas de casamento. Para isso tivera de engolir muitos sapos e limar muitas arestas ao vedor D. Fernão de Sousa, o conde do Redondo, que, juntamente com o velho D. Francisco de Sousa, conde do Prado, e com D. Pedro de Almeida (um vira-casacas ambicioso), superintende todo o governo da cozinha, da despensa e da comida, tanto da mesa d'El-Rei como da mesa dos criados e dos doentes. Domingos, que tem de lhe dar para assinar o livro das despesas do comprador e do guarda-reposte, sujeita-se quase sempre a sofrer alguns desaforos do tesoureiro da ucharia e acaba por descarregar a sua ira no escrivão da cozinha, o mais cordato de todos os oficiais daquele mester.

Como se pretende mostrar à Europa que Portugal voltou a ser uma monarquia de direito próprio, com o fausto idêntico ao dos outros reinos, os gastos em víveres para encher a ucharia foram astronómicos, mesmo contando com as pródigas pitanças, pagas em géneros pelos rendeiros de Lisboa e de muitos outros lugares.

Nas últimas semanas penou as penas do Inferno, andando num virote entre o Paço Real da Ribeira e o Paço de Alcântara, a carrear, em incontáveis barcaças e carroças, tudo o que lhe podia fazer falta para as ementas dos banquetes e refeições comuns da nova Rainha de Portugal, D. Maria Francisca, da sua avó e do tio (os poderosos duques de Vendôme), e de *Monsieur* de la Nave, conselheiro de Luís XIV e curador da Princesa, além de um numeroso séquito de açafatas e criadas. A noiva havia partido de La Rochelle, vinte e dois dias antes, escoltada por uma frota de nove navios, comandada por Henri de Massue, o marquês de Ruvigny, e também por uma armada inglesa enviada por Carlos II, o seu cunhado, para a proteger de qualquer tentativa de assalto e rapto, quer pelos castelhanos, quer por piratas de várias nações.

O povo ficara satisfeito por a noiva ser francesa, porque diziam que «casamentos com reis vizinhos nunca foram segurança, mas ruína das monarquias», como bastas vezes se havia visto com as esposas castelhanas. O dia da sua partida para Portugal fora logo anunciado por todos os arautos e mentideiros do reino, em papéis como o que lhe veio parar às mãos:

Cascais deu a primeira salva.
Ainda perto da alva
Por três vezes as guarnições
Dispararam armas e canhões;
E o Forte de São Julião,
Ribombava como um trovão,
Os seus canhões e mosquetes,
Como o de Cascais, por três vezes.
E, do outro lado do Tejo,
Um forte de madeira, de festejo,
Com mais duzentas fortalezas,
Em honra de suas Altezas
Erguidas em cada margem,
Saudavam da frota a passagem
Disparando a artilharia
Em senho de prazer e alegria.
Os tambores e as trombetas,
E os oboés e as cornetas,
Ao longo dos caminhos,
E os sinos dos lugares vizinhos,
Eram música aos ouvidos
Embalando alma e sentidos.

Enquanto não for tempo para a entrada triunfal em Lisboa, a nova Rainha tomará pousada nesta quinta e Paço de Alcântara, cujas casas, embora pouco espaçosas, foram concertadas com magnificência real, havendo agora doze câmaras e antecâmaras armadas com telas riquíssimas de várias cores, além de outros aposentos forrados de damascos e veludos. Aqui, depois da cerimónia dos esponsórios em corpo presente, será servido o sumptuoso banquete da primeira ceia oferecida pelo régio casal aos convidados estrangeiros — embaixadores, gentis-homens e damas de honor —, pensado e elaborado por ele, Domingos Rodrigues, como uma verdadeira prova de fogo para a sua reputação de cozinheiro-mor real… e português. Ora, como se sabe, é pelo estômago que se governam os homens e que com vinagre não se apanham moscas!

Ganhara reputação como mestre de cozinha, ao serviço do conde de Vimioso, que o cedera a D. Luísa de Gusmão. Apesar de toda a sua preparação, sente-se agora metido numa camisa de onze varas, sem saber para que lado se virar. A esposa de D. Afonso é prima de Luís XIV de França, que tem a seu

serviço os melhores cozinheiros do mundo, cujas iguarias terão feito seguramente as delícias da galante Princesa de Nemours-Aumale.

Mal ouviu dizer que a futura Rainha era filha dos duques de Sabóia, para mais a viver na Corte do *Rei-Sol* desde que ficara órfã, entendeu bem as dificuldades que o esperavam e o risco que corria de perder a sua posição e privilégios, se não pegasse o touro pelos cornos e fizesse alguma coisa para melhorar a sua fortuna. Ainda muito moço, fora como ajudante de cozinha para Paris, na comitiva do embaixador de D. João IV. Ali aprendera a desenvencilhar-se bastante bem na língua francesa, sabendo os nomes dos produtos, condimentos e iguarias, um conhecimento que, agora, tratara de desenvolver com lições ministradas por Diogo de Lemos, um estudante seu conhecido, de nobre família, mas sem dinheiro, a quem pagava em comida. Ora, *cada qual é obrigado a coçar onde lhe come* e antes ser descarado do que ter duas caras!

Na embaixada de D. Francisco de Melo e Torres, marquês de Sande, enviado a Paris para tratar do casamento, seguira o seu informante Domingos Ferreira Leborão, moço da câmara d'El-Rei, a quem pedira que buscasse por todos os meios descobrir quantos cozinheiros viriam no séquito da noiva e que, sem demora, lhe remetesse o livro de La Varenne, pois D. Maria Francisca decerto não deixaria de trazer uma cópia no seu bragal e ele desejava estar a par dos seus gostos. O livro chegou ainda nos primeiros tempos da embaixada, mas a notícia sobre os cozinheiros veio por pombo-correio antes da partida, de França, deixando-o em grande desassossego.

— Concorreu tanta gente à praia, para ver desembarcar a Rainha, que Lisboa parece deserta — diz Leborão, arrancando-o aos seus pensamentos. D. Maria Francisca enviara-o a terra com uma carta para El-Rei e ele, de regresso ao bergantim, veio ao Paço de Alcântara para lhe dar os livros e as notícias.

Domingos roga a Deus para que este matrimónio seja abençoado nos Céus e El-Rei possa mostrar o seu natural bondoso (como sucede sempre que está livre de más companhias), pois, se amar e for amado pela esposa, certamente desejará passar as noites com ela, em vez de andar com o seu bando de meliantes a causar distúrbios pela cidade. Contudo, os começos do consórcio não estão a ser muito auspiciosos, porque Afonso ainda não foi receber a Rainha, deixando esse encargo nas mãos do irmão, do conde de Castelo-Melhor e da mãe deste, D. Mariana de Lencastre, que fala francês como uma natural e foi escolhida pelo filho para camareira-mor de D. Maria Francisca, a fim de a ter vigiada, pois D. Luís de Vasconcelos não deixa nada ao acaso.

— O Conde fez a sua arenga de boas-vindas em francês, o que agradou sobremaneira ao séquito da Rainha, pela sua perfeição e galanteria — diz o moço da câmara, como se lhe adivinhasse os pensamentos, rompendo o silêncio.

— Contudo, a ausência de D. Afonso no recebimento da esposa, tanto à sua chegada a Cascais como aqui, está a ser muito estranhada pelos franceses, que são sumamente galantes com as mulheres, para mais sendo D. Maria Francisca prima do Rei de França e Rainha de Portugal.

— E com razão! Pode até dar azo a protestos de Luís XIV…

— A novidade mais falada deste recebimento foi a visita de D. Pedro, que se apresentou (embora de rosto sisudo por não ser o segundo na ordem da governação, como acha que lhe compete) com a pompa de um grande Príncipe, em sumptuosas vestes, com o seu bergantim pintado de dourado, coberto por um toldo de brocado encarnado, com franjas de ouro e cortinas de tela vermelha, movido por vinte e quatro remeiros, com librés de tecidos muito ricos nas cores da Casa do Infantado e com a sua corte de fidalgos e conselheiros, trajados com grande fausto, em faluas e outras embarcações todas engalanadas, navegando ao som de boa música e de fanfarras, alternadas com grandes salvas de artilharia. Até ia no seu séquito o astrólogo João Nunes da Cunha…

Domingos fungou com desdém, lembrando-se de como esse astrólogo prognosticara que D. Afonso, em Setembro do ano de 65, haveria de correr grande perigo de febre aguda, incêndio, queda, traição ou outro semelhante mal, e por isso, talvez a pensar no seu próprio futuro, trocara de partido e pusera-se ao serviço de D. Pedro, porém o seu vaticínio não se confirmara.

— O Infante mostra-se claramente como herdeiro da Coroa de Portugal e chefe do partido avesso ao Conde… e a D. Afonso. Os imensos bens da Casa do Infantado, que seu pai criou para ele, os privilégios e o Paço Corte-Real que lhe deu a Rainha-mãe, e também D. Afonso, permitem-lhe ombrear com o irmão em casa, dinheiro e servidores.

— Ele quer muito mais! Ainda hoje, como El-Rei não lhe deu para seu serviço os gentis-homens que ele lhe pediu, ameaçou-o de abandonar a Corte para sempre e o mais depressa possível, indo viver no seu Paço de Almada. — Leborão solta uma breve gargalhada ao acrescentar: — Eu ouvi D. Afonso responder-lhe que «não o mandava por preceito, mas que se podia ir por sua vontade». No entanto, enviou-lhe alguns dos seus fidalgos para o servirem durante a visita à Rainha. Se, apesar disto, o Infante insistir em se retirar da Corte, esta desavença entre os dous reais irmãos será de grande prejuízo para o reino. Por enquanto, está a viver no Corte-Real… Contudo, o que causou rumores ainda mais malévolos foi o seu beija-mão à cunhada…

— Cruz, diabo! Que quereis dizer com isso? — interrompe-o, alarmado.

— D. Pedro entrou na capitânia francesa e cumpriu com rigor todas as cerimónias régias que pedia o caso, melhor do que o faria D. Afonso, indo beijar-lhe a mão, mas a Rainha, sabendo que ele era o irmão d'El-Rei, tentou refusar, porém

ele conseguiu beijar-lha ao mesmo tempo que ela o ia levantando, com as maiores demonstrações de cortesia e carinho, olhando-o com muito agrado. O Infante parecia comê-la com os olhos, como que pasmado, embora D. Maria Francisca seja mais graciosa do que formosa, na minha opinião, pois tem uma cabeça demasiado grande para o corpo, que ela disfarça com o penteado. Em França, *mademoiselle* de Montpensier troçava dessa imperfeição, embora dissesse que ela dançava bem, tinha boa presença, a pele e os olhos bonitos…

O que se vê escusa candeias! Os maus presságios acentuavam-se e Domingos prevê uma nova teia de intrigas, que não deixará de enredar os franceses, a acrescentar a todas as outras que faziam perigar D. Afonso e o reino, ainda em guerra com a Espanha.

— As francesas têm fama de inconstantes e voláteis, fruto de uma Corte de costumes dissolutos e imorais — diz com um suspiro. — Apesar de D. Pedro ter menos dous anos do que ela, é muito alto, robusto e bizarro no corpo, do muito que se exercita nos desportos das armas, da caça, da montaria e das touradas, sendo exímio cavaleiro. Parece mais velho do que o irmão e, com aquela cor de rosto mais de cigano do que de flamengo, costuma agradar às mulheres, de cuja companhia soube desfrutar desde muito moço. E como D. Maria Francisca foi primeiro escolhida para casar com ele, havendo mesmo troca de retratos, talvez D. Pedro sinta que D. Afonso lha roubou e seja esta a razão de recusar todas as noivas que até hoje lhe foram propostas. *Quem come fel não pode cuspir mel*!

— Esse assunto já corre nos papéis dos cegos, como poema anónimo, mas da autoria de alguém que deve ter assistido à troca de olhares e de palavras doces, e insinua a suspeita de ser este afecto mais de enamorados do que de irmãos. Não vos queria dar a versalhada, para não vos agastar, quando tendes tanto em que pensar.

— Essa gentalha trabalha depressa! Lede-me lá o papel.

Leborão tira do bolso a folha dobrada em quatro e lê:

Relação da chegada da Rainha
No seu bergantim d'ouro engalanado
O bergantim Infante parecia
Querer voar pelo mar tão navegado,
Da multidão de barcos qu'o seguia.
Iam de terciopelo, os remadores
Que o ouro ricamente guarnecia,
E viam-se brilhantes resplendores,
Das jóias que as damas ostentavam
E sempre umas às outras invejavam.

Chegou este prodígio à Capitânia
Dando esta maravilha que invejar
Ainda mais além da Taprobana,
Pois em todo o mundo não se pôde achar
Festa igual à da nossa Lusitânia,
Porque em tudo foi mui singular:
Vendo como o Infante pela nau subia
E como a Rainha Francisca o recebia.

Vem de França a Rainha disputada,
Precedida da fama mais luzida,
Que um retrato fizera ser amada,
Do cunhado, paixão retribuída
Por ser do marido desprezada.
Mira o Infante a quem foi prometida
Antes de a darem ao irmão,
E sente o que lhe vai no coração.

— Diabos levem os mexeriqueiros! A guarda tem de fazer rusgas e limpar a cidade desses papéis, antes que alguém os traslade aos franceses. Temos de estar muito atentos a quaisquer sinais de perigo.

— O conde de Castelo-Melhor já tomou providências, mandando recolher os papéis difamatórios e deixar apenas os elogiosos, mas escapam sempre muitos, como esse.

Domingos pega no folheto que ele lhe trouxe com o elogio da defunta Rainha-mãe, escrito decerto pelos seus partidários, como recriminação ao filho, por, em vez de lhe fazer o devido luto, ter decidido casar-se, com sumptuosas festas, seis meses após a sua morte. Percorre o texto com um olhar distraído:

NOTÍCIAS AVULSAS
ELOGIO DA SERENÍSSIMA RAINHA
DONA LUÍSA DE GUSMÃO

No dia 27 de Fevereiro, do ano de 1666, sábado, às nove horas da noite, com cinquenta e três anos de idade, faleceu a Sereníssima Rainha Dona Luísa Francisca de Gusmão, mulher do senhor Rei Dom João IV. Senhora de inestimáveis virtudes, na morte do mesmo Rei, sobre grandes demonstrações de sentimento, deu claríssimas provas de

> constância e de valor: Porque sendo uma Princesa castelhana, com dous filhos pupilos, logrou conciliar Ministros discordes, povos desanimados pela morte intempestiva d'El-Rei e inimigos, pela mesma causa, então mais soberbos; assi soube vencer estas e outras dificuldades…

Interrompe a leitura, lembrando-se de como, quatro anos antes, o triunvirato que passara a governar em nome de D. Afonso, depois do golpe de Alcântara pelo conde de Castelo-Melhor, que, com D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, e o temível bispo Sebastião César de Meneses (que *o Restaurador* encarcerara na Torre de Belém por cumplicidade na conjura do marquês de Vila Real), tudo fizera para afastar D. Luísa do poder, impedindo-a de participar nas reuniões do Conselho de Estado, isolando-a na ala do palácio destinada às mulheres, afastando as aias e camareiras de que mais gostava, exilando os seus amigos mais leais e, por fim, permitindo que arruaceiros, postados no eirado frente à sua câmara, lhe apedrejassem as janelas e a insultassem diariamente, humilhando-a, para a obrigarem a deixar o Paço e a recolher-se ao convento.

Esses arruaceiros eram comandados pelo marquês de Fontes, D. Francisco de Sá e Meneses, então camareiro-mor d'El-Rei, um moço de grande crueldade e maus instintos, que matou à pancada o médico da Rainha, Francisco Nunes, pelo seu diagnóstico da doença de D. Afonso, e só não fez o mesmo ao cirurgião António da Mata porque este, sabendo o que acontecera ao colega, fechou-se em casa e fugiu durante a noite.

Domingos também se escandalizara ao ler o cruel diagnóstico assinado por ambos os médicos, decerto por se sentirem resguardados de castigo pela regente e pelos jesuítas, chamando-lhe mentecapto e impotente:

> Que toda a parte direita do corpo de El-Rei ficara tão lesa da febre maligna dos primeiros anos, que carecia nela de vigor. E que desta lesão manifesta procedia a falta de juízo, que em todas as operações mostrava; juntando-se o justo temor de não ser capaz de dar ao Reino sucessores, com o que se multiplicou a aflição da Rainha.

Mereciam castigo, sem dúvida, por este crime de lesa-majestade, contra a real pessoa de D. Afonso, seu Rei e senhor natural, mas não com uma morte facinorosa…